



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

# Rica prenda de Natal

Os números demolidores da demografia açoriana revelam notícias arrepiantes para o futuro das nossas ilhas.

Não só estamos a ficar com uma população mais idosa, mais dependente, com mais gente a viver a sós, como o saldo migratório é altamente negativo, levando a concluir que muitos jovens estão a sair da ilha para não mais regressarem.

Estamos a assistir, desde há pelo menos uma década, a um novo êxodo açoriano, mas agora mais grave do que a emigração em massa dos anos 60.

É que estamos a perder gente altamente qualificada, muitos jovens talentosos, que se formam cá mas os outros países é que os aproveitam.

Em contrapartida, andam empresários dos Açores à procura de mão de obra menos qualificada noutras paragens.

Este paradoxo está a cavar um fosso na região de que nos vamos arrender a curto prazo, sem possibilidades de retorno.

Chegamos a um ponto em que o sistema só funciona para alguns, como antigamente, com boas cunhas ou cartão de militante, em troca de um lugar cativo na monstruosa administração pública.

As razões para o novo êxodo podem ser muitas e, provavelmente, cada família terá uma diferente, mas há certamente uma causa comum: muita gente não vê grande futuro nas ilhas onde vive e receia do que vem aí. E o que vem aí é uma herança cheia de dívidas.

É como se os herdeiros de uma família temessem pelo cenário de endividamento que os progenitores lhes deixam como herança.

O que está a acontecer nos Açores é mais ou menos igual: vamos deixar como herança aos nossos filhos e netos uma enorme dívida, que alguém vai ter de pagar, pelo que o melhor é fugir dela antes que nos batem à porta.

Esta conclusão básica está subentendida no parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região 2021 e é uma repetição dos alertas que vem emitindo há vários anos, sem que alguém se preocupe com isso.

Ou seja, o princípio da equidade intergeracional, que deveria preocupar todos os governos, é posto no caixote de lixo todos os anos.

O Tribunal de Contas não se farta de alertar que a nossa fraca dinâmica de investimento, sobretudo no período 2009-2020, reflecte-se na longa estagnação em que se encontram as nossas ilhas, incapazes de convergirem com outras regiões mais desenvolvidas.

Ainda agora os juízes do TC são taxativos, mais uma vez: **“A reduzida expressão do investimento no contexto da despesa efetiva (4% – 59,2 milhões de euros), sugere que parte substancial do défice orçamental foi gerado por despesas cuja utilidade se esgotou no próprio exercício, circunstância em que o recurso à dívida para as financiar acabou por projetar para as gerações futuras encargos relativamente aos quais não irão retirar qualquer benefício, facto que traduz a inobservância do princípio da equidade intergeracional”.**

Trocado por miúdos: estamos a fazer despesa apenas para irmos sobrevivendo, não gerando qualquer riqueza para o futuro e, mais grave, dei-

xando para as gerações seguintes o enorme calote que vamos contraindo.

Só no ano passado, os encargos da dívida pública regional totalizaram 38,2 milhões de euros, apesar de tudo menos 3,3 milhões de euros comparativamente ao ano anterior.

É como se desistíssemos, todos os anos, de construir um hospital, só para pagar juros.

O “monstro” regional é devorador e demolidor para qualquer jovem que tenha esperança de viver nestas ilhas com outro nível de desenvolvimento.

O Tribunal de Contas lembra-nos que, ainda agora, tivemos que assumir a dívida financeira da Sinaga, no montante de 18,8 milhões de euros, na sequência da entrada em liquidação desta empresa pública regional.

E este é apenas um pequeno exemplo do buraco ruinoso que deixamos às próximas gerações, porque a lista é enorme e vai até ao auge das contas mais desastrosas e volumosas da Sudaçor e da SATA, que já estamos a pagar.

É por estas e por outras que, após ter registado um aumento de 365,3 milhões de euros, em 2020, a dívida financeira do sector público administrativo regional sofreu novo impulso em 2021, desta feita na ordem dos 206,5 milhões de euros, podendo ter atingido no final do exercício o montante de 2.421,9 milhões de euros.

Como volta a alertar o Tribunal de Contas, **“a dívida pública regional prosseguiu a trajetória ascendente encetada, pelo menos, desde 2009, embora se tenha expandido a ritmo mais acelerado nos últimos dois anos, reflexo dos impactos da pandemia da COVID-19 nas finanças públicas regionais”.**

E os juízes dão a machadada que os partidos não gostam de ouvir: **“Como o Tribunal oportunamente assinalou, o desequilíbrio estrutural das finanças públicas regionais antecede em muito o eclodir da pandemia da COVID-19, facto evidenciado pela posição deficitária que o saldo orçamental ocupa, pelo menos, desde 2009, mas que se agravou substancialmente a partir de 2017, com a geração de sucessivos défices primários (que exclui os juros e outros encargos da dívida) e consequente erosão das condições de sustentabilidade da dívida pública regional”.**

Em resumo, uma região sempre a endividar-se estes anos todos, criando índices de riqueza miseráveis, aumentando a perspectiva de pobreza, perdendo população e sempre a criar a ilusão de que “agora é que vai ser”.

Rica prenda de natal nos dão os nossos políticos com as suas formas de gerir o país e a região.

Um país que até vai ser ultrapassado pela Roménia e uma região que só tem dívida para oferecer às suas novas gerações.

Num cenário destes, até custa dizer Bom Natal!

*(Esta crónica vai de férias, obedecendo às tradicionais tréguas da quadra, regressando em Janeiro. Bom Ano!)*

## Centro Espacial sueco quer antecipar-se aos Açores no lançamento de satélites

Com temperaturas muitas vezes inferiores a 20 graus negativos e localizado 200 quilómetros ao norte do círculo polar, o centro espacial Esrange, em Jukkasjärvi, no extremo norte da Suécia, tem um objetivo em mente: ser a primeira instalação deste tipo em solo europeu a lançar um satélite, revela a Euronews.

Mattias Abrahamsson, da Corporação Espacial Sueca, afirma: “Temos aqui 5.200 quilómetros quadrados onde não vive

ninguém, por isso podemos facilmente lançar um foguete que voe nesta área e caia sem fazer nenhuma vítima.” A partir do centro sueco, a funcionar desde os anos 60, já foram efectuados mais de 600 lançamentos, mas até ao momento apenas para voos suborbitais, na maior parte dos casos para experiências científicas. Na Noruega, Reino Unido, Espanha e no arquipélago dos Açores, há outros projectos com vista ao lançamento do primeiro satélite a



partir do território europeu, mas o centro sueco acredita encontrar-se numa posição privilegiada para ser o primeiro.